

**MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E CULTURA NA CIDADE DE
NATAL-RN: A CRIAÇÃO DOS LUGARES A PARTIR DAS
INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS.**

GT-10: Práticas culturais na produção da cidade

Manuela Cristina Rêgo de Carvalho¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Contato: manu_cristina40@hotmail.com

Ruth Maria da Costa Ataíde²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Contato: rataide_58@hotmail.com

RESUMO:

As cidades contemporâneas, marcadas pelo processo de globalização, da liquidez das novas relações e do constante crescimento de políticas neoliberais traduzem em seus espaços os anseios do capital, gerando novas condições de uso e distanciando cada vez mais as pessoas dos espaços públicos. A vida cívica passa a se enclausurar em espaços privados, o que faz emergir diversos movimentos temporários de resistência na cidade. É por meio dessas ações, que muitas vezes fazem uso de áreas subutilizadas, que se reconquistam os direitos democráticos e sociais no urbano e assim elas surgem como uma relutância a esse modelo de cidade, onde por meio dessas práticas, é possível imprimir um verdadeiro sentido e identidade aos lugares. O objetivo deste artigo é compreender como as intervenções temporárias realizadas nos espaços livres públicos da cidade de Natal se mostram como práticas de resistência e democratizam o acesso à cidade.

Palavras-chave: resistência; intervenções temporárias; apropriação.

¹ Manuela é Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal,RN) e atualmente mestranda pelo Programa de Pós Graduação desta mesma universidade. Tem como temas principais de sua pesquisa as novas formas de uso e apropriação do espaço através de estruturas efêmeras e planejamento insurgente inserido no contexto de produção da cidade neoliberal.

² Ruth Ataíde é Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestre em Pensamiento Geografico y Organización del Territorio pela Universidade de Barcelona e doutora em Pensamiento Geografico y Organización del Territorio pela Universidade de Barcelona. Atualmente é professora associada do Departamento e do Programa de Pós Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

O crescente avanço tecnológico, o processo de globalização, as diversas redes de comunicação, a fluidez e a liquidez das novas relações, aliadas ao crescimento de políticas neoliberais, traduzem nas cidades os anseios do capital e dos grandes investimentos, gerando novas condições de uso e um constante distanciamento dos espaços públicos. Com isso, assiste-se na cidade contemporânea um momento de grandes transformações, seja nos modos de vida, nos costumes, nos usos dos seus espaços públicos, como também nas relações sociais.

Nesse contexto a vida pública passa a percorrer os caminhos do privado – o convívio se estreita aos encontros nos shoppings, à vizinhança dá espaço aos grandes condomínios fechados e os laços de proximidade e amizade, muitas vezes, tendem a se resumir aos contatos em redes sociais. Nessa mesma direção, as cidades tem se modificado de acordo com as necessidades do mercado financeiro, da especulação imobiliária e do interesse de uma minoria, fechando-se em espaços privados e obedecendo a lógica dos automóveis, o que acaba resultando a criação de lugares estranhos aos pedestres e às práticas coletivas. A paisagem urbana então se transforma por meio de novos signos: outdoors, anúncios publicitários - inclusive turísticos - que contribuem para uma perda de identidade dos cidadãos em relação à cidade que vivem.

É assim que emergem diversos movimentos de apropriação do espaço público por meio do uso temporário, atuando como ações de resistência ao ocuparem áreas subutilizadas na cidade, re-criando de novos lugares e reafirmando direitos democráticos e sociais no urbano. A ocupação temporária de espaços livres subutilizados na cidade por movimentos sociais ou grupos diversos surge como uma relutância a um modelo de cidade que exprime a convivência cidadina, e, por meio dessas práticas é possível imprimir um verdadeiro sentido e identidade ao espaço público. Assim, admite-se que a apropriação do espaço público de forma temporária institui-se aqui um ato revolucionário, de resistência, quando a partir de ações simples são evidenciados problemas e necessidades da cidade e dos seus moradores.

Esse artigo, elaborado a partir da dissertação de mestrado “Movimentos de resistência na cidade de Natal-RN: Estratégias de (re)apropriação cotidiana através de intervenções temporárias”, admite como hipótese que o uso e a apropriação de espaços livres públicos na cidade de Natal por meio de intervenções temporárias se configuram como práticas de resistência e contribuem para a democratização do acesso ao espaço público da cidade. Nessa perspectiva, inicia-se uma discussão teórica que permeia uma contextualização das cidades contemporâneas,

relacionando aos temas da apropriação do espaço público, às novas práticas de intervenções temporárias e à sua relação com a criação de novos lugares na cidade.

Para isso, recuperam-se alguns conceitos dos campos da antropologia e sociologia como os desenvolvidos por Zygmunt Bauman (2001), David Harvey (1996), Georg Simmel (1903) e Louis Wirth (1967), que auxiliam na compreensão desse novo modo de vida urbano contemporâneo; e de Ana Fani Carlos (2007), Henri Lefebvre (1974) e Marc Augé (1994) para a compreensão das relações estabelecidas entre os atores sociais e os lugares na cidade; buscando uma melhor apreensão das diversas relações estabelecidas no meio urbano que, de certo modo, contribuem para o aparecimento dessas intervenções temporárias.

Com relação à metodologia, realiza-se uma reflexão sobre o papel dessas intervenções na ressignificação dos espaços públicos livres da cidade, assim como o seu reatamento na percepção e na memória coletiva da população a partir da catalogação de quinze intervenções temporárias que aconteceram entre os anos de 2008 e 2018 (últimos dez anos) na cidade de Natal, demonstradas segundo critérios de classificação baseados nos termos de Adriana Sansão Fontes (2012), Mike Lydon (2012) e Guilherme C. Magnani (2003), inseridas nos seus contextos sociais (atores urbanos) e espaciais (espaço livre ocupado).

2 COMPREENDENDO O ESPAÇO PÚBLICO URBANO: DISTANCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS

No atual contexto de desenvolvimento e crescimento das grandes cidades, em constante processo de mudança, nota-se cada vez mais o distanciamento das pessoas dos espaços públicos e isso são atribuídos diversos fatores: o modo de produção do espaço, que evidencia desigualdades socioeconômicas, violência urbana, degradação ambiental; as transformações que emergem, tanto no âmbito local, nacional ou mundial; o convívio social que antes marcava a vida cívica nos espaços abertos públicos e semipúblicos³ e agora passa a se enclausurar em

³ Para Eugenio Queiroga (2011) os espaços livres públicos integram o sistema de espaços livres (SEL) e são representados principalmente pelas ruas, que conectam a cidade e proporcionam a vida urbana. Além disso, neste grupo se incluem também os parques, as praças, os mirantes, calçadas, promenades, unidades de conservação de proteção integral, lagoas, praias, rios, etc. Já os espaços livres semipúblicos, são espaços híbridos entre o público e o privado como, por exemplo, os terraços das casas que se voltam para a rua mas que pertencem à residência.

espaços fechados (shopping centers, clubes, condomínios clube) e subutilização de muitos espaços públicos, que acabam por contribuir para uma reclusão do coletivo e o seu abandono.

O debate e respectivos estudos sobre as cidades contemporâneas e suas transformações – espaciais e sociais - se concentram na sua inscrição no processo de globalização, mundialização⁴ e fragmentação do espaço⁵, fundado na afirmação do modelo de produção capitalista. As cidades passam a agregar valores e funcionar de acordo com as exigências do capital, criando novos centros, formalizando novos tipos de espaços públicos de convívio e instruindo diversas regras de uso e apropriação, que moldam e institucionalizam a vida coletiva, priorizando os espaços privados e os interesses das classes dominantes.

Assim, o espaço como mercadoria⁶, traz na sua produção e transformação consequências às relações dos indivíduos com a cidade expressas de diversas formas, como por exemplo: criando novos centros comerciais, segregando classes menos abastadas em subúrbios e

⁴ Para Milton Santos (2001) a globalização traduz um processo de internacionalização do mundo capitalista, sendo o resultado do avanço de técnicas de especialização geradas no final do século XX, após a revolução industrial, e das ações que asseguram o mercado global. Para o autor os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada (SANTOS, 2001, p.23). Em concordância ao tema da globalização, Ana Fani Carlos (2007) traz o conceito de “mundialização” para compreender tais processos globais além dos debates em torno da dimensão econômica do processo, da articulação de mercados e da construção do mercado mundial. Para a autora essa noção ajuda a refletir sobre a sociedade construída a partir de uma nova identidade, de novos valores, que se moldam pela lógica da mercadoria.

⁵ Para CARLOS (2007) o processo de fragmentação do espaço consiste na dissolução das relações sociais, marcadas principalmente pelos processos de mundialização, do agressivo poder do capital sobre a cidade e as relações nela existentes. Ou seja, essa fragmentação ocorre na banalização da vida comum, na segmentação das atividades dos trabalhadores na cidade, no consumo exacerbado potencializado pelas mídias, e, na condição do lugar, trazido pela autora como principal afetado por essas ações. Esta fragmentação que se aprofunda divide o espaço em parcelas cada vez menores, que são compradas e vendidas no mercado, como produtos de atividades cada vez mais parceladas (CARLOS, 2007, 36).

⁶ A produção do espaço como mercadoria pode ser referenciada inicialmente pelos preceitos de Karl Marx (1867) em “O Capital” quando este afirma que a mercadoria satisfaz as necessidades humanas de qualquer espécie, passando a ser um objeto de subsistência, de consumo, e indiretamente, de meio de produção (MARX, 1988, p.45). MARX (1867) busca explicar como a mercadoria – no seu valor de uso e de troca – influencia todas as relações existentes na cidade capitalista, e tais reflexões serviram de base para diversos outros pensamentos nessa mesma linha, como Guy Debord (1967) em “Sociedade do espetáculo” que traz a mercadoria como fonte de espetáculo na cidade, onde toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos (DEBORD, 1997, p.13). Trazendo a contemporaneidade, mas ainda pelo viés Marxista, a cidade como mercadoria para CARLOS (2007) baseia-se em um novo conjunto de relações permeada pela mercadoria e pela recusa do outro, como uma nova urbanidade que surge a partir do objeto (comprado) acima do sujeito e onde as relações entre as pessoas se diferenciam pela riqueza, pelo poder de compra, pela exacerbção do individualismo que se reproduz como condição e produto da reprodução das relações sociais hoje (CARLOS, 2007, p.14).

incentivando novos hábitos e comportamentos ligados, principalmente, ao consumo, gerando a descaracterização dos espaços da cidade e da vida coletiva, que passa a limitar-se aos entremuros dos condomínios fechados, não-lugares que dissolvem as verdadeiras relações sociais. Esses novos espaços e essa cidade voltada para o privado se transformam à medida que se tornam estranhos aos seus habitantes, desprovidos de vitalidade e urbanidade.

O resultado desse processo é um espaço público fragmentado, marcado por infraestruturas subutilizadas, por áreas públicas sem vitalidade, que exigem a participação coletiva na cidade. A vida é capturada pela lógica da mercadoria e o uso e o direito à cidade se tornam objeto de vitrine; e com isso, as relações sociais e o uso do espaço público passam a prosperar em enclaves – shoppings, cinemas, supermercados - e a reprodução da vida e a criação dos lugares na cidade torna-se cada vez mais difícil. O espaço público é negado e substituído por locais criados e montados pelo e para o consumo onde a cidade vira espetáculo⁷.

Essa relação entre a metrópole moderna e o profundo distanciamento das pessoas dos espaços públicos exige uma reflexão mais profunda da vida urbana, entendendo a impacto destas cidades, principalmente ao homem, principal ator deste cenário. Sobre isso Zygmunt Bauman (2001), que denomina o momento como modernidade líquida⁸, admite que essas novas relações sociais se mantêm em redes através de uma tela e à medida que se expandem, excluem o convívio das ruas, transformando os encontros casuais em conversas de chat e moldando a cidade em um espetáculo. Para o autor ser moderno significa uma incapacidade de ficar parado; uma impossibilidade de atingir a satisfação, sendo essa necessidade sempre à frente de si mesmo e essa sociedade se caracteriza como fluida, líquida, por não ser capaz de manter uma memória durante muito tempo e estando sempre em constante processo de transformação sobre o que produz (BAUMAN, 2001, p.47).

⁷ Para Guy Debord (1994, p.13) toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Para o autor o espetáculo da sociedade moderna consiste em um projeto de produção capitalista existente, que cria simulacros, imagens e signos, que modificam a cidade e a forma como as pessoas interagem nela. A linguagem do espetáculo é constituída por signos da produção reinante, que são ao mesmo tempo o princípio e a finalidade última da produção (DEBORD, 1994, p.15).

⁸ Termo estabelecido pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman e em sua obra *Modernidade Líquida* (2001) refere-se a este momento como “leve, líquida e mais dinâmica que a modernidade ‘sólida’ que suplantou”, objetivando definir esse momento como de rápidas transformações, de relações efêmeras, marcado pelo consumismo e individualismo.

Para Bauman (2001) o espaço privado passou a colonizar o público à medida que espremeu e expulsou tudo que não era de interesse privado. Ou seja, a vida pública enclausurou-se dentro da privada: as pessoas buscam saber das outras através de notícias, da mídia, das telas; estão preocupadas com famosos, celebridades, com fofocas; os shoppings se lotam de pessoas que se esbarram mas não se conhecem, nem tem tempo de se conhecer. A vida – e mais uma vez, sem generalizar – transformou-se em um espetáculo privado e individual: na tela de um celular, dentro da residência de um condomínio fechado, no grande centro comercial, dentro de um carro em movimento (BAUMAN, 2001, p.49).

Essa discussão nos remonta a outros contextos como os abordados por Georg Simmel (1903), Louis Wirth (1967) e posteriormente por David Harvey (1996), que também discutiram, e no caso deste último ainda discute, a vida moderna e os modos de vida urbana na contemporaneidade. Para Georg Simmel (1903), que viu o florescer da ideia da cidade moderna, a cidade grande, diferente do campo, cria as condições psicológicas ideais para o desenvolvimento de uma maior individualidade e indiferença ao convívio social. Segundo o autor, essa cidade marcada pela economia monetária e a constante multiplicidade de trocas comerciais, dão ao meio urbano e ao dinheiro uma importância maior do que existiria no rural. Para ele, já naquela época, a cidade grande alimenta-se do mercado e transforma todas as relações em comerciais, entre freguês e vendedor (SIMMEL, 1903, p.579).

Pensando nisso, Simmel (1903) nos faz refletir sobre como as relações são modificadas ao ponto de se simplificarem a contatos mínimos, como em um momento de compra, de negociação rápida. Para ele “a técnica da vida na cidade grande não é concebível sem que todas as atividades e relações mútuas tenham sido ordenadas em um esquema temporal fixo e supra-subjetivo” (SIMMEL, 1903, p.580). A essa impessoalidade nas relações e ao mínimo contato possível adotado por muitas pessoas na cidade grande – nos elevadores, nas rápidas passagens pelas calçadas, no metrô – o autor denota de *caráter blasé*⁹, característica comum a todas as grandes cidades atuais:

⁹ Blasé (ou blasée, na sua forma feminina) é um adjetivo do idioma francês, que traduzida ao português significa cansado. Caracteriza uma pessoa cética, apática ou indiferente. Esta palavra é a forma verbal no particípio passado do verbo em francês blaser, que indica o ato de tornar insensível ou indiferente. Definição da palavra blasé. Disponível em: <https://www.significados.com.br/blasé/>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

Todas elas nadam, com o mesmo peso específico, na corrente constante e movimentada do dinheiro; todas repousam no mesmo plano e distinguem-se entre si apenas pela grandeza das peças com as quais se deixam cobrir [...] Eis porque as cidades grandes, centros da circulação de dinheiro e nas quais a venalidade das coisas se impõe em uma extensão completamente diferente do que nas situações mais restritas, são também os verdadeiros locais do caráter blasé (SIMMEL, 1903, p.582).

A esse caráter o autor admite se tratar da “atitude espiritual dos habitantes da cidade grande uns com os outros” em se reservar, se individualizar, ou mesmo se sentirem indiferente com relação aos demais (SIMMEL, 1903, p. 582). Para ele, esse modo de vida se traduz na adaptação constante às modificações que a metrópole oferece; à medida que são lançados os seus impulsos – novas construções, novas formas de sociabilidade – as pessoas passam a reagir em um constante movimento de inclusão e reclusão com relação ao coletivo. Ou seja, o cidadão da metrópole tende a adquirir diversas maneiras de se individualizar, de se mostrar diferente ao mesmo tempo que tenta se manter individual, em constante reserva. Assim, mesmo diante de relações efêmeras em constante individualismo, entende-se também a metrópole como o local das diferentes faces, das múltiplas tendências, da diversidade de grupos e de sentidos, e das muitas possibilidades de ser quem quiser ser.

No mesmo sentido que Simmel (1903), Louis Wirth (1938), na segunda metade do século XX, admite que a vida urbana é marcada mais por contatos secundários do que primários, onde estes contatos podem ser face a face mas também impessoais, frios e transitórios. Para o autor o caráter *blasé* pode funcionar como uma máscara, uma forma de não criar expectativas pessoais com as outras pessoas e assim, acaba por marcar essa sociedade pela solidão, pelos espaços vazios e sem vida, pelo enclausuramento. Pensando nisso, o autor admite:

A vida em contato estreito e o trabalho em comum, de indivíduos sem laços sentimentais ou emocionais, desenvolvem um espírito de concorrência, engrandecimento e exploração mútua. Para neutralizar a responsabilidade e a desordem em potencial, surge a tendência de se utilizarem controles formais. Sem a aderência rígida a rotinas previsíveis, uma grande sociedade compacta dificilmente seria capaz de sustentar a si mesma. O relógio e o sinal de trânsito simbolizam a base da nossa ordem social no mundo urbano. Contato físico estreito frequente, aliado a grande distância social, acentua a reserva de indivíduos não-ligados entre si e, a não ser que seja compensada por outras oportunidades de reação, dá origem à solidão (WIRTH, 1967, p.103).

Wirth (1938) destaca as características principais deste modo de vida urbano, que inclui a substituição dos contatos principais de primários para secundários, o enfraquecimento dos laços de parentesco e declínio do papel da família, e com isso o desaparecimento da vizinhança e da base tradicional da solidariedade social. Entende-se que muitas destas questões ainda são contraditórias a medida que não se descrevem em frações urbanas menores no interior das cidade, mas, é inegável a composição dessas estruturas no contexto urbano atual e as suas consequências no uso dos espaços públicos e na vida coletiva (WIRTH, 1938, p.103).

Tais reflexões, apesar de se tratarem de décadas passados, nos ajudam a compreender que além de um modo de produção de cidades distante da escala humana, as próprias relações sociais atuais foram se modificando no capitalismo: os contatos de vizinhança nas calçadas foram trocados pela reclusão do espaço privado; as brincadeiras de ruas agora acontecem no playground dos condomínios onde as crianças vivem; os passeios nas praças hoje acontecem nos corredores dos shopping centers.

Para David Harvey (1996), ao tratar da pós-modernidade¹⁰, afirma que o pós-modernismo possivelmente teria seu início nos anos 1970 como um antagonismo ao mesmo moderno. Ele considera que, partindo de uma lenta transformação cultural e social emergente nas sociedades ocidentais, há uma notável mutação na sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas que distingue um conjunto pós-moderno de [...] um período precedente (HARVEY, 1996, p. 45).

Harvey (1996) introduz a pós-modernidade como uma condição total de aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico; legitimando assim total desapego com o passado, com a história. Para o autor, o pós-modernismo não aspira a nenhuma configuração unificada de mundo – total e cheio de conexões e diferenciações – mas sim um mundo de fragmentos em total mudança, efêmero; e diante disso, não se dedica a englobar um projeto futuro global (HARVEY, 1996, p.55). Ou seja, antecipando a condição líquida proposta por

¹⁰ O termo pós-modernidade é bastante controverso em sua definição por ter sido tratado de diferentes formas por vários estudiosos. O termo foi popularizado em 1979 pelo pensador francês Jean-François Lyotard (1924-1998) e para este é o período em que todas as grandes narrativas entram em crise e os indivíduos estão livres para criar tudo de novo. De maneira geral o termo refere-se à segunda metade do século XX que passou por um processo de mudanças na história do pensamento e da técnica junto a uma aceleração da tecnologia, mudando completamente a forma da sociedade e das instituições.

Baumam (2011), a cidade pós-moderna exclui qualquer fragmento de passado e não busca se prender a uma noção única/estável de espaço.

Apesar das contradições da modernidade líquida, ou ainda, pós-modernidade, das pressões do capitalismo e da individualidade crescente na cidade contemporânea, a prática social e o uso e apropriação do espaço público através das intervenções temporárias revelam um laboratório de experiências e de construção de identidades, capazes de promover desde os corriqueiros encontros nas ruas às novas formas de manifestações coletivas. É por meio da criação dessas resistências, da criação de novos lugares na cidade através da ocupação de áreas subutilizados, do uso temporário dos espaços, da promoção e estímulo ao retorno das pessoas às ruas, que surgem diversas possibilidades de mudar a forma como estão sendo tratados os espaços públicos.

3 AS INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS: CULTURA E TEMPORALIDADE NA CRIAÇÃO DE NOVOS LUGARES

Para Adriana Sansão Fontes (2011) as intervenções temporárias são intencionais que transformam o espaço de forma transitória, pois não necessariamente tem uma temporalidade. São em sua maioria pequenas, particulares em relação aos locais utilizados, subversivas, pois não seguem um padrão único, interativas e estimulam a socialização. A autora as classifica topologicamente como apropriações espontâneas, intervenções de arte pública ou festas locais (FONTES, 2011, p.123).

Essas intervenções são portanto resistentes, corpóreas, efêmeras, temporárias e também consideradas táticas, por terem um objetivo, uma estratégia de reconquista. O “ser tático, ação tática” é abordado por Michel de Certeau (1994) como ações práticas que excedem o conhecimento científico dado, regendo uma lógica que contrapõe o formalismo, mas que dependem das condições estabelecidas. O tático surge como insurgência ao poder, à valorização da cultura posta em prática, no real, na cidade, e seguindo o encaminhamento do autor, as táticas apresentam continuidades e permanências [...] e se multiplicam com o esfrelamento das estabilidades locais [...] como se saíssem de órbita e se tornassem errantes (CERTEAU, 1994, p.47).

Nessa perspectiva, tais ações aparecem como formas apropriadas de ocupação de espaços residuais na cidade, que por meio da arte, da cultura, da música, ou dos simples encontros e derivas casuais, são capazes de agitar e recriar lugares, fomentar novas relações e promover diversas práticas colaborativas, contribuindo para o espaço público ativo da cidade. Essas ações traduzem então uma forma de apropriação dos espaços públicos que remodela a vida urbana com base nas necessidades de diferentes pessoas e grupos diversos. Segundo Carlos (2001) o espaço é vivido se traduz nos diversos modos de apropriação, cujas atividades remodelam completamente este espaço, gerando novos significados, marcando e renomeando os lugares acrescentando, por sua vez, traços novos e distintos que trazem novos valores, presos aos trajetos construídos e percorridos (CARLOS, 2001, p. 45).

Tratando as intervenções temporárias como formas de usos táticos na cidade, Mike Lydon (2012) em seu trabalho com o *The Streets Plan Collaborative*, define esse tipo de atuação como uma intervenção de pequena escala que tenta melhorar a habitabilidade e qualidade de nossas comunidades. Para o autor o urbanismo tático é uma abordagem deliberada da criação de cidades que apresenta as seguintes cinco características:

[...] uma abordagem deliberada e gradual para instigar a mudança; uma oferta de ideias locais para desafios de planejamento local; comprometimento de curto prazo e expectativas realistas; baixo risco, possivelmente com alta recompensa; e o desenvolvimento do capital social entre os cidadãos e a construção da capacidade organizacional entre as instituições públicas / privadas, ONGs sem fins lucrativos e seus constituintes (LYDON, 2012, p.01).

Para Lydon (2012) o urbanismo tático pode ser utilizado em diversos espaços da cidade: estacionamentos, vias, becos sem saída; mas os melhores exemplos encontrados foram em vilas e cidades subutilizadas, pois forneciam um tecido habitável. Parece que lugares em escala humana, onde o capital social e criatividade são mais facilmente catalisadas, são um pré-requisito para o urbanismo tático (LYDON, 2012, p.03).

De forma tática as intervenções temporárias são capazes de recriar novos lugares na cidade, ou mesmo, transformar não-lugares¹¹ em espaços vivos e aptos à novos repertórios de

¹¹ Caracterizados como espaços criados como/pela mercadoria, os “não-lugares” são definidos por Marc Augé (1994) como as formações que unificam e simplificam a vida, a arquitetura, os desejos e as relações dentro de si. Aeroportos (figura 11), shoppings centers, grandes obras viárias, conveniências e fast foods, passam a reproduzir em suas estruturas características que os padronizam mesmo que em locais diferentes do globo; a

usos e significados. É nessa criação de novos lugares na cidade que as intervenções temporárias ganham corpo e podem ser tratadas como efetivadoras e promotoras do direito à cidade, incluindo a apropriação dos espaços públicos e à realização da vida coletiva. Com essas estratégias de ocupação do espaço, o lugar passa a ser resistente à um modelo de cidade fragmentada, hierarquizada e excludente, que nega as experiências da vida cotidiana e as vende a partir das necessidades do capital. Segundo Ana Fani Carlos (2007) o lugar nos propõe o entendimento enquanto parte associada do espaço mas como parte do processo de reprodução da vida. Assim o lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço (CARLOS, 2007, p.14). Portanto, para a autora o lugar:

[...] é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 2007, p.17).

Isso nos faz refletir que diversos espaços, sejam públicos ou não, podem ser apropriados e reestruturados na cidade. E mais além, diante da necessidade de apropriação do espaço pelo corpo e ressignificação da memória e identidade da cidade, a criação dos novos lugares e até mesmo a reinvenção de estratégias para se apropriar dos não-lugares já impostos e torna-los lugares públicos, reafirmam a qualidade revolucionária das intervenções temporárias e democratizam o direito ao acesso à cidade. As ruas, os canteiros, as praças, os espaços semi-públicos e mesmo os espaços privados são para estas ações efêmeras espaços ativos e carregados de um repertório que tem como principal objetivo romper com a repetição da cidade formal e promover o acesso à cidade.

A criação de novos “lugares” na cidade possibilita que as pessoas – os corpos – expressem o sentido da coletividade necessária à obtenção de uma identidade na cidade. Esses espaços garantem e mantêm a vida urbana ativa e o direito à permanência legitimando o que propõe Lefebvre (1974) sobre o direito à cidade não poder ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais [...] mas sim um direito à vida urbana, transformada e renovada (LEFEBVRE, 1974, p.118). Nesse contexto o corpo humano [urbano]

cultura de massas passa a ser disseminada de acordo com moldes estéticos e consumistas, que buscam acima de tudo alienar as relações e disseminar novas necessidades às pessoas; e nesse mesmo ritmo, as cidades se modificam através da indústria, da publicidade, do comércio, do turismo, tornando-se uma alegoria de signos (AUGÉ, 1994, p.73).

se instaura da cidade e torna essa experiência como forma a resistir, seja ocupando, movendo-se, criando novas formas de usos, gerando novas vivências, promovendo cultura de forma coletiva ou individual, seja de forma temporária ou não.

Compreender o espaço e o lugar, e acima de tudo, o direito ao acesso à cidade, é reconhecer que a cidade não pode ser vista a partir de fragmentos – moradia, lazer, privada, transporte – mas sim como um significado único. Assim, para Lefebvre (1974) o direito à cidade baseia-se nas necessidades sociais, opostas e complementares: na necessidade de segurança e de abertura, de certeza e aventura, de organização do trabalho e do lazer [...] de isolamento e de encontros, de trocas, de comunicação imediata ou a longo prazo. A necessidade da cidade e da vida urbana, onde as urbanas estariam presentes através dos lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontro, onde haveriam trocas e tempo para realizar essas trocas, e essas ações não teriam como motivação o capital. Sendo portanto:

Através dessas necessidades específicas vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e momentos, que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhadores. Enfim, a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas que tentam aqui se isolar e abrir os horizontes (LEFEBVRE, 1974, p.105).

Apropriados pelos corpos, esses espaços transformam-se em lugares, especializam e territorializam a vontade de ocupar o espaço público, à medida que são suportes à diversas identidades, múltiplas ações culturais e trocas sociais; tornam-se espaços resistentes e se articulando em torno do direito à cidade. Para Carlos (2017), o direito à cidade surge das situações de conflitos da vida urbana, na esteira dos novos carecimentos em função da mudança das condições sociais, e se situaria na criação de novos direitos, impondo-se aos direitos já estabelecidos pelos modos de reprodução do capital. E essa construção do direito à cidade é essencial a efetivação da democracia e dos mecanismos que se impõem a propriedade privada (CARLOS, 2017, p.56).

4 INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS NA CIDADE DE NATAL

Como já mencionado anteriormente, as intervenções temporárias tem surgido em diversos países devido às novas condições de uso e apropriação dos espaços públicos das cidades: seja pelos adventos da modernidade, pelas crises econômicas, pela necessidade de novos lugares de lazer e recreação, e até mesmo de forma a manifestar-se contra uma produção formalista e massiva imposta pelo capital. De forma semelhante, a cidade de Natal (Figura 1) vem passando por diversas transformações nos últimos anos e a presença dessas ações merece destaque por movimentarem a cena urbana cultural e coletiva ao fazerem uso de espaços livres públicos, alguns subutilizados, promovendo práticas de apropriação e uso que diferem do convencional da cidade.



Figura 1: Localização da cidade de Natal dentro do Brasil. Produzido pela autora a partir de CARVALHO (2012) em 10 de Junho de 2019.

Segundo Silvio S. Macedo (1995) o sistema de espaços livres em áreas verdes, áreas de lazer, espaços verdes e áreas de circulação, designando alguns dos tipos de espaços livres existentes. As áreas verdes designam toda e qualquer vegetação, conjunto de áreas de lazer público de uma cidade, as praças, os parques, hortos. Dentro desta mesma definição, existem os espaços verdes que constituem toda área urbana ou porção do território ocupada por qualquer tipo de vegetação e que tenham um valor social (MACEDO, 1995, p.16).

O autor define como áreas de lazer todos os espaços que não possuem edificações e que tem como uso o lazer: são elas as áreas de jogos, parques, praias, praças, que possibilitam diversos tipos de atividades; e as áreas de circulação consistem nos espaços livres de edificações públicas, além de incluir as vias dentro de condomínios fechados e vilas que permitem circulação. Para Macedo (1995), com relação ao uso das ruas:

Como os terrenos baldios, várzeas, etc., as ruas assumem na cidade brasileira um papel complementar, servindo de espaço de lazer para a população, que

desde tempos imemoráveis, utiliza-a para suas conversas e jogos. Na cidade moderna, com o aumento do tráfego nas áreas centrais, praticamente desaparecem tais atividades, que permanecem, entretanto, nas tranquilas ruas dos subúrbios de bairros residenciais de baixa densidade [...]As ruas podem se constituir, e se constituem na maioria dos casos, em espaços de lazer, possibilitando encontros informais, jogos e até algumas atividades de trabalho, como a lavagem e o conserto de veículos, e, como tal devem ser consideradas em todo e qualquer planejamento de áreas de lazer (MACEDO, 1995, p.23).

Sendo assim, para esse estudo foram catalogadas quinze intervenções distribuídas nas quatro regiões administrativas da cidade de Natal, o tipo de organização (organizada ou não); o tipo de espaço livre público utilizado e a situação dentro do bairro e região administrativa na cidade. As intervenções catalogadas se utilizam de quatro tipos de espaços livres públicos: ruas, praças, becos, canteiros e a orla marítima (Tabela 1).

Para Macedo (1995) as ruas podem ser consideradas áreas de circulação e acesso de veículos e pedestres, mas que acima de tudo assumem no contexto brasileiro o papel de espaço de lazer e recreação das populações, principalmente em lugares mais carentes. Associadas aos outros sistemas – praças, becos, largos, canteiros – compõem o sistema de espaços livres.

Com relação aos atores sociais responsáveis pelas intervenções temporárias (tabela 1) nos termos estabelecidos pelos autores Carlos Magnani (2005) e Carlos Vainer (2007), temos que cinco das intervenções em análise possuem um público jovem alternativo – que Magnani (2005) designa como novos grupos de jovens no cenário das metrópoles. São esses pequenos grupos bem delimitados, com regras e costumes particulares, em contraste com o caráter massificado que comumente se atribui ao estilo de vida das grandes cidades (MAGNANI, 2005, p.175). Enquanto as intervenções realizadas dentro de comunidades, como é o caso do Inarte Urbana, Movimento Cultural Nossos Valores, Movimento Síntese Urbana e Viramundo Potiguar, possuem em geral um público bastante restrito ao seu próprio território.

INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS NA CIDADE DE NATAL

Intervenções x Espaço livre ocupado

INTERVENÇÃO	TIPO DE OCUPAÇÃO	ESPAÇO LIVRE PÚBLICO	BAIRRO	REGIÃO
Feira Garajal	Organizada	Ruas/Praça	Tirol	Leste
Museu da Memória Coletiva	Organizada	Praças	Diversos bairros	-
Ocupa Mahalila	Organizada	Rua/beco	Mirassol	Sul
Espaço Astral	Organizada	Orla de Ponta Negra	Ponta Negra	Oeste
Inarte Urbana	Organizada	Ruas/Praças	Passo da Pátria	Leste
Mov. Cultural Nossos Valores	Organizada	Ruas/Praças	Redinha	Norte
Movimento Eco Praça	Organizada	Praças	Diversos bairros	-
Movimento Síntese Urbana	Organizada	Ruas/Praças	Cidade da Esperança	Oeste
Skatistas no Presépio de Natal	Aleatória	Parque	Candelária	Sul
Movimento Quintau Urbano	Organizada	Praça	Ponta Negra	Oeste
Coletivo Uiramundo Potiguar	Organizada	Ruas/Praças	Passo da Pátria	Leste
Urban Sketchers	Organizada	Ruas, praças, canteiros	Diversos bairros	-
Platéia Urbana	Organizada	Praças	Diversos bairros	-
Beco da Lama	Organizada	Becos	Cidade Alta	Leste
Batalhas de Hip Hop	Organizada	Ruas	Diversos bairros	Norte

INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS NA CIDADE DE NATAL

Intervenções x Atores

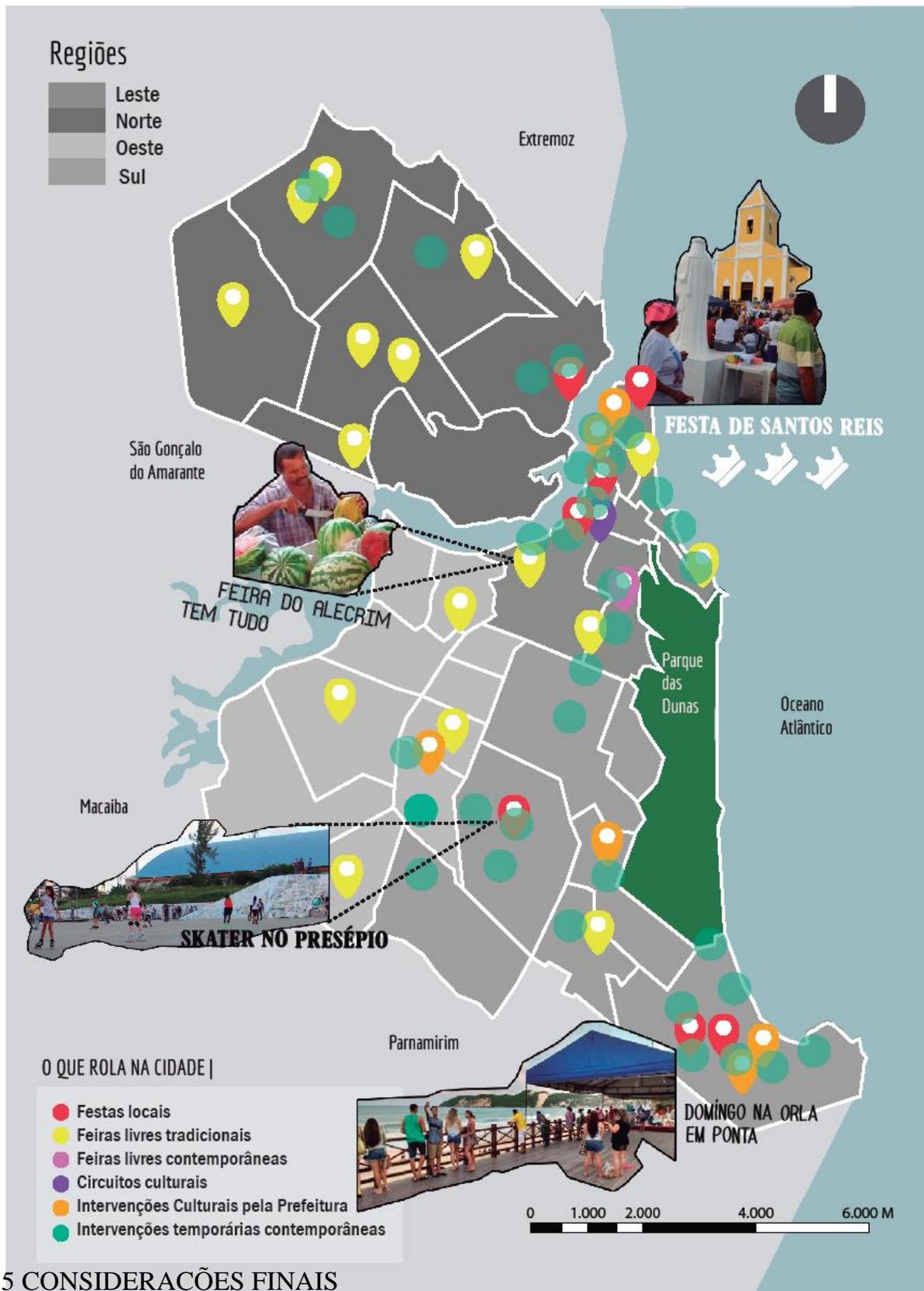
INTERVENÇÃO	PÚBLICO ALVO	SAZONALIDADE	RESPONSÁVEL	APOIOS/PATROCÍNIOS
Feira Garajal	Público variado	Com calendário definido	Lourdinha Alencar	Prefeitura, Unimed e Programa Djalma Maranhão
Museu da Memória Coletiva	Público Alternativo	Sem calendário definido	Instituto Casadã-gua MAGA	Lei Câmara Cascudo e Fundação José Augusto.
Ocupa Mahalila	Público alternativo	Sem calendário definido	Mahalila (Flávia Dado)	Sem patrocínios
Espaço Astral	Público variado	Com calendário definido	Rodrigo Lacaz e Astral Sucos	Doações
Inarte Urbana	Moradores da comunidade	Sem calendário definido	Casa Vermelha e Associação Franco-Brasileira Pixo - Contato: Gabriel Monte	Diversos patrocinadores
Mov. Cultural Nossos Valores	Moradores da comunidade	Sem calendário definido	Jonh Pierre e Miguel Carcará	Doações
Movimento Eco Praça	Público variado	Com calendário definido	Geraldo Gondim	Lei Câmara Cascudo, fundação José Augusto e do Governo do Estado.
Movimento Síntese Urbana	Moradores da comunidade	Com calendário definido	Neto Filgueira-Diretor	Doações
Skatistas no Presépio de Natal	Público alternativo	Sem calendário definido	Sem produtores	Sem patrocínios
Movimento Quintau Urbano	Público variado	Com calendário definido	Coletivo Quintau Urbano	Sem patrocínios
Coletivo Uiramundo Potiguar	Público local	Sem calendário definido	ONG	Recebem doações
Urban Sketchers	Público alternativo	Com calendário definido	Professores do DAPQ UFAN	Sem patrocínios
Platéia Urbana	Público variado	Com calendário definido	IFRN Cidade Alta (Curso de Mídias)	IFRN Cidade Alta
Beco da Lama	Público variado	Com calendário definido	Diversos produtores	Prefeitura de Natal
Batalhas de Hip Hop	Público alternativo	Com calendário definido	Diversos produtores (artistas)	Sem patrocínios

Tabela 1: Localização das intervenções temporárias em seus respectivos bairros. Fonte: Produzida pela autora em 10 de Junho de 2019.

A esses novos atores sociais urbanos designamos às intervenções temporárias como novas formas de expressão na cidade, realizadas a partir de práticas insurgentes que visam, através do coletivo, recriam a forma urbana. Esses coletivos – de arte, grafite, hip hop, movimentos sociais – transformam o espaço, tornando-o político. Apesar de suas ações serem efêmeras e pontuais, funcionam como o reconhecimento de lugares, de identidades, de narrativas que buscam a reafirmação dos direitos cidadãos perante aos interesses dos demais atores – públicos e privados. E com isso, a importância de reconhecer esses movimentos e seus facilitadores como um novo engajamento cultural e político dentro da cidade contemporânea.

Tais classificações e catalogação serviram de base para a elaboração de uma primeira cartografia demonstrando a espacialização dessas ações em um contexto macro (figura 02) que busca acima de tudo visualizar as manchas estabelecidas por essas temporalidades no espaço. Para Acselrad et. al. (2013) a cartografia social legitima e funciona como um importante elemento na construção políticas dos diferentes atores sociais em suas comunidades, à medida que dá visibilidade à esses, aos seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e lutas por reconhecimento de direitos. Além disso, a cartografia pode vir a ampliar o conhecimento dos grupos sociais sobre seus territórios, sobre suas histórias e sobre os usos que fazem de seus recursos. Ainda, essa forma de demonstração do território através do mapa pode evidenciar também relações e conflitos ligados à disputa de poder por lugares no espaço (ACSELRAD et. al, 2013, p. 20).

A partir da catalogação e mapeamento dessas intervenções, foi obtido como produto final dessa pesquisa, uma cartografia recriada a partir da observação e catalogação dessas intervenções temporárias na cidade de Natal (figura 2). Essa materialização contribuiu para uma segunda fase desse trabalho, ora em realização, a partir de entrevistas, dos relatos, das ânsias e da autonomia dos sujeitos insurgentes organizadores das intervenções, e além disso, demonstrou em um primeiro momento as principais relações entre a cidade e as intervenções temporárias, seja vista de forma local (quadra, praça, rua) ou expandida à noção de bairro e cidade.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 2: Cartografia ilustrada dos usos temporários na cidade de Natal. Fonte: Produzida pela autora em 10 de Junho de 2019.

A partir das representações da figura 2, foram apresentadas diferentes intervenções temporárias que acontecem na cidade de Natal, materializadas a partir de manchas. A representação mais abstrata foi escolhida para uso da cartografia como forma a demonstrar os percursos e as sobreposições que essas ações realizam nos diversos bairros da cidade, de forma que se interceptam e criam lugares em comum. Nesse sentido, essas ações são refletidas nas festas locais, nas feiras livres tradicionais e as contemporâneas, nos circuitos culturais, nos eventos culturais realizados pela Prefeitura de Natal e nas quinze intervenções temporárias contemporâneas demonstradas na tabela 1.

Vale destacar que, apesar de não serem consideradas para esse estudo – as festas locais, as feiras livres tradicionais e os eventos culturais realizados pela Prefeitura de Natal - são intervenções que acontecem de forma temporária, em espaços livres públicos da cidade e se manifestam como reivindicações culturais e democráticas, por englobarem diversas classes e atores sociais. A escolha do universo de estudo (tabela 1) se deu devido a temporalidade na qual acontecem e no caráter contemporâneo e insurgente manifestado em diversas práticas surgidas nos últimos anos nas cidades do mundo todo.

Dentre a maioria das intervenções cabe afirmar as características que as tornam únicas e compatíveis com a definição de intervenção temporária: são ações táticas de reconquista do espaço; questionam o planejamento urbano formal, sendo assim resistentes; fazem uso de espaços subutilizados ou de não-lugares da cidade; potencializam, mesmo que temporariamente, esses espaços; dinamizam diversos atores (públicos diferentes) promovendo a sociabilidade; e promovem uma cultura criativa do “faça você mesmo” através de ações simples e de baixo custo/impacto.

Diante disso e para uma melhor compreensão desses atributos, vale exemplificar com alguns casos dentre os observados: as intervenções – Feira Garajal, Quintau Urbano, Ocupa Mahalila, Música ao vivo no Decky do Astral Sucos – são consideradas ações estáticas, por fazerem uso de apenas um espaço (praças) localizadas em seus respectivos bairros (tabela 1). Em contrapartida, as demais intervenções são tidas como dinâmicas por não necessariamente fazerem uso de um mesmo espaço, se apropriam de praças, largos, becos, ruas, de forma transitória. Outro importante destaque diz respeito às intervenções do Movimento Cultural Nossos Valores, Batalhas de hip hop, Movimento Síntese Urbana e Coletivo Vira Mundo, por

dinamizarem espaços localizados em regiões mais carentes (Zona Norte, Passo da Pátria, Cidade da Esperança, Redinha) e constituírem um trabalho social de integração através da arte e cultura com diversos grupos de jovens.

Outro ponto a ser reconhecido são a presença de circuitos criados através dessas ações temporárias, como é o caso do Movimento Eco Praça que percorreu ao longo dos anos de 2013 e 2017 dez praças localizadas em nove bairros de Natal (CARVALHO, 2017, p.77) e do Beco da Lama que no ano de 2018 sofreu intervenções artísticas promovidas pela Prefeitura de Natal transformando-se em uma mancha de apropriações dotada principalmente de grande diversidade de ações musicais e atores diversos – jovens e adultos; alternativos, clubbers, sambistas, lgbtqs – que contribuem para a dinamização da cena cultural potiguar.

Portanto, são as intervenções temporárias aqui tidas como práticas resistentes e geradoras de novos lugares na cidade, que modificam a forma que lidamos com os espaços públicos, com o coletivo e fazem brotar ideias e utopias que reinventam o direito à cidade a partir de uma nova perspectiva. São elas, ações culturais que ultrapassam os limites do cotidiano, transformando temporariamente os espaços em lugares, se impondo às formalidades da cidade capitalista e recriando uma nova maneira de se viver o público através da arte e coletividade.

6 REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 5 ed. São Paulo: Papirus, 1994. 111p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 255 p.
- CARLOS, A. F. A. Espaço-tempo na metrópole. A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.



CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **A Produção do Espaço Urbano. Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de (orgs). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2017. 190 p.

CARVALHO, Manuela Cristina Rêgo de. **Práticas de resistência através de intervenções temporárias na cidade de Natal: o caso da Eco Praça**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFRN, Natal – RN.

FONTES, Adriana Sansão. **Intervenções temporárias, marcas permanentes. A amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PROURB-FAU/UFRJ, 2011.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I. A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HARVEY, David (et al.). Occupy. **Movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. 64 p.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNANI, José G. C. **A antropologia urbana e os desafios da metrópole**. v. 15. n. 01. Editora Tempo Social: São Paulo, 2003.

MAGNANI, José G. C. **A rua e a evolução da sociabilidade**. O lazer na cidade. In: Os urbanitas (revista digital de antropologia urbana). v. 01. n. 0. São Paulo: 2003. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/osurbanitas/revista/RUA1.html>>.

MAGNANI, José G. C. **Rua, símbolo e suporte da experiência urbana**. In: Os urbanitas (revista digital de antropologia urbana). v. 01. n. 0. São Paulo: 2003. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/osurbanitas/revista/RUA1.html>>.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: Velho, O (org) O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1967.

WIRTH, L. **O urbanismo como modo de vida**. In: VELHO, O. (Org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1967.